

Demonstrações financeiras

Aliança Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Aliança Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aliança Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. O resultado de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registra o montante de R\$ 2.620.648 mil referente aos ativos de contrato vinculados aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica. Esses ativos de contrato refletem o valor que a Companhia possui o direito de receber, advindo do investimento realizado na infraestrutura de sua concessão que se encontram em construção. Adicionalmente, a Companhia também avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – *Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria.

Devido à relevância dos valores e julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) a avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) a análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) a análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 8 e 15, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 3.8, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem ressalva, com data de 25 de fevereiro de 2025. Esses ajustes não foram auditados por nós nem por outros auditores independentes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre tais valores correspondentes ou referidos ajustes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, portanto, não expressamos uma opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC RJ-101080/O

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.662	60.592
Disponibilidade da rede elétrica	5	41.759	33.833
Parcela de ajuste	5.2	-	3.834
Tributos a recuperar	7	3.949	1.864
Estoques		256	140
Ativo de contrato	8	227.583	225.320
Outros ativos		10.523	2.174
Total do ativo circulante		292.732	327.757
Não circulante			
Depósitos vinculados		8.501	7.607
Depósitos judiciais		3.971	9.802
Ativo de contrato	8	2.393.065	2.285.305
Parcela de ajuste	5.2	1.681	2.102
Imobilizado		881	781
Intangível		2.060	2.156
Total do ativo não circulante		2.410.159	2.307.753
Total do ativo		2.702.891	2.635.510
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	957	758
Debêntures	11	81.071	752.338
Tributos a recolher	10	2.285	8.571
Dividendos a pagar	14.4	669	32.223
Parcela de ajuste	5.2	11.309	13.035
Provisões	12	2.691	5.338
Outros passivos		9.933	1.248
Total do passivo circulante		108.915	813.511
Não circulante			
Debêntures	11	1.444.772	802.053
PIS e COFINS diferidos / Impostos indiretos diferidos	13	245.773	236.484
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	212.941	162.533
Parcela de ajuste	5.2	8.600	5.604
Provisões	12	12.276	19.030
Outros passivos		256	1.568
Total do passivo não circulante		1.924.618	1.227.272
Patrimônio líquido			
Capital social	14	340.501	340.501
Reservas de lucros	14	328.857	254.226
Total do patrimônio líquido		669.358	594.727
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.702.891	2.635.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita líquida	15	362.125	326.701
Custos dos bens construídos e serviços prestados	16	(16.139)	(24.779)
Lucro bruto		345.986	301.922
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(5.060)	(369)
Outras despesas e receitas operacionais		-	(16.674)
Total das despesas e receitas operacionais	17	(5.060)	(17.043)
Lucro antes do resultado financeiro		340.926	284.879
Despesas financeiras	18	(200.283)	(190.238)
Receitas financeiras	18	7.642	9.844
Resultado financeiro		(192.641)	(180.394)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		148.285	104.485
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(50.408)	(21.269)
Lucro líquido do exercício		97.877	83.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	97.877	83.216
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de tributos	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>97.877</u>	<u>83.216</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	340.501	17.819	171.776	19.324	-		549.420
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	83.216	83.216
Destinação do lucro:							-
Constituição de reserva legal	14	4.161	-	-	-	(4.161)	-
Constituição de reserva de lucros	14	-	41.146	-	-	(41.146)	-
Dividendos intermediários (JSCP)	14	-	-	-	-	(37.909)	(37.909)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	340.501	21.980	212.922	19.324	-	-	594.727
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	97.877	97.877
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal	14	4.894	-	-	-	(4.894)	-
Dividendos intermediários	14	-	-	-	-	(22.577)	(22.577)
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	-	(669)	(669)
Dividendos adicionais	14	-	-	-	57.396	(57.396)	-
Constituição de reservas	14	-	12.341	-	-	(12.341)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	340.501	26.874	225.263	19.324	57.396	-	669.358

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		148.285	104.485
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>			
Depreciações e amortizações	16 e 17	476	137
Juros, variações monetárias e encargos sobre debêntures	18	188.284	188.836
Avaliação a valor presente de debêntures	18	7.803	-
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		1.109	990
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		(4.528)	(256)
Receita de atualização monetária de cauções e depósitos judiciais		(2.331)	(3.788)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	16	1.445	-
Receita (margem) de construção	15	-	(122)
Remuneração dos ativos da concessão	15	(338.374)	(236.907)
Reajuste anual		-	(10.267)
Receita de O&M (+/-) Diferença RAP orçada x realizada	15	(63.809)	-
PIS e COFINS diferidos		9.289	5.585
Outros		1.478	443
Lucro ajustado		(50.873)	49.136
Variações dos ativos e passivos operacionais			
Disponibilidade da rede elétrica		(9.427)	(6.442)
Tributos a recuperar		(2.085)	(2.387)
Estoques		(116)	-
Ativo de contrato	8	292.160	246.869
Cauções e depósitos vinculados		7.268	14.257
Outros ativos		(8.349)	(5.158)
Fornecedores		199	(358)
Tributos a recolher		(6.286)	(404)
Provisões		(5.982)	(13.251)
Outros passivos		12.898	5.080
Caixa gerado pelas atividades operacionais		229.407	287.342
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(1)
Juros pagos de debêntures	11	(116.233)	(103.089)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		113.174	184.252
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo de contrato		(1.420)	(68.174)
Aquisição de imobilizado e intangível		(482)	(1.132)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.902)	(69.306)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	14	(54.800)	(35.130)
Custo para aquisição de debêntures	11	(51.581)	-
Pagamento de debêntures - principal	11	(56.821)	(65.393)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		-	(109)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(163.202)	(100.632)
Aumento (redução) líquido(a) do caixa e equivalentes de caixa		(51.930)	14.314
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		60.592	46.278
No final do exercício		8.662	60.592
Aumento (redução) líquido(a) do caixa e equivalentes de caixa		(51.930)	14.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Aliança Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, com sede no município de São Paulo - SP, foi constituída em 12 de maio de 2017. A Companhia tem como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, estudos, projetos, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão.

A Companhia é controlada integral da Edge Empreendimentos e Participações S.A. (“Controladora” ou “Edge”), que é subsidiária do Skyline Fundo de Investimento em Participações (“FIP Skyline” ou “Controlador Indireto”).

Em 18 de fevereiro de 2022 o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o termo de liberação das instalações da Companhia referente ao início de sua operação comercial em todos os trechos, válida desde 14 de junho de 2021 no primeiro trecho. A sua entrada em operação foi antecipada em 14 meses frente ao calendário da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1. Mudança no controle acionário

Em 21 de dezembro de 2024 a EDP – Energias do Brasil S.A. (antiga controladora da Companhia) assinou contrato de compra e venda de ações junto a Edge Empreendimentos e Participações S.A. para alienar a totalidade de sua participação societária, correspondente a 90% do capital social da Companhia. Em 21 de fevereiro de 2025, a Celesc Geração S.A. aderiu ao referido contrato por meio da celebração de termo de adesão, exercendo o seu direito de venda conjunta, para alienar a totalidade de sua participação societária, correspondente a 10% do capital social da Companhia.

Em 30 de abril de 2025, após cumpridas todas as condições precedentes, foi concluída a alienação das participações societárias, tornando a Edge, a partir desta data, a controladora integral da Companhia.

O processo de reorganização societária foi aprovado previamente pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.048, de 9 de abril de 2025.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Concessão

Em 24 de abril de 2017, a Companhia arrematou o lote 21 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 484,5 km e uma subestação localizada no Estado de Santa Catarina, sendo assinado junto à União o Contrato de Concessão nº 39/17 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha	Início	Término	Prorrogação
484,5 km	Serviço Público	Concessão	SC	3 LT 525kV; 2 LT 230kV; SE 525/230kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1. Receita Anual Permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, de R\$171.824 anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Em conformidade com a Resolução Homologatória - REH nº 3.481 (Reajuste Tarifário Anual), foi homologada a nova Receita Anual Permitida - RAP para o ciclo 2025/2026, com impacto de 5,32% (3,89% em 2024). Com isso, a RAP atualizada totaliza R\$ 270.308 (R\$ 256.653 no ciclo 2024/2025).

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis n° 9.991/2000 e n° 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3. Base de preparação

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis n° 11.638/07 e n° 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A Companhia avaliou a capacidade de continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 10 de abril de 2026.

3.2. Políticas contábeis

As políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção de determinados ativos e passivos financeiros, que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.1.1. e 19.1.2.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, exceto quanto a redução ao valor recuperável, que é revisada conforme critérios detalhados na nota explicativa 3.6.

As principais estimativas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (nota explicativa 3.6); Contabilização, reconhecimento e taxa de desconto do Ativo de contrato (nota explicativa nº 8); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 13.3); Provisões para contingências cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 12.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (nota explicativa nº 12.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa nº 19.1).

3.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6. Redução ao valor recuperável

A Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativos não financeiros

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

3.7. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

a) Adoção de novas normas e interpretações

As principais normas e alterações aplicáveis para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 estão demonstradas a seguir:

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

As alterações acima não geraram impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

b) Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

- O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congêneras estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

Atualmente a Companhia está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras, particularmente com relação nova estrutura da demonstração do resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais das medidas de desempenho.

As seguintes normas e interpretações novas e alteradas não geram impactos para a Companhia:

- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações;
- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11.

3.8. Reapresentação sobre os valores correspondentes

3.8.1. PIS e Cofins diferidos/Impostos diferidos indiretos

Durante o exercício de 2025, após a mudança do controle acionário da Companhia (nota explicativa nº 1.1), a nova administração reavaliou a expectativa de realização dos saldos de PIS e COFINS diferidos/Impostos diferidos indiretos, calculados sobre o ativo contratual. Concluiu-se que o início de sua realização ocorrerá em exercícios futuros, de acordo com a curva de amortização do ativo contratual, refletindo a necessidade de ajuste dos saldos correspondentes, relativos a 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dessa forma, foi efetuada a reclassificação retrospectiva dos saldos dos referidos tributos, do passivo circulante para o passivo não circulante, no Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024, conforme demonstrado a seguir:

	2024		
	Originalmente apresentado	Ajuste (não auditado)	Reapresentado (não auditado)
Balanço patrimonial			
Passivo circulante			
PIS e COFINS diferidos	21.214	(21.214)	-
Passivo não circulante			
PIS e COFINS diferidos / Impostos indiretos diferidos	215.270	21.214	236.484
	236.484	-	236.484

3.8.2. Mudança de política contábil – Classificação dos juros pagos

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.1, durante 2025 houve a mudança de controle acionário da Companhia. A EDP Energia (antiga controladora) adotava a prática de classificar os pagamentos de juros das dívidas como atividade financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Entretanto, a política da Companhia prevê a classificação dos juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais, sendo está a classificação encorajada no pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

Com o objetivo de manter a comparabilidade das demonstrações financeiras e nos termos do pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, aplicamos tal mudança de classificação de forma retrospectiva.

	2024		
	Originalmente apresentado	Ajuste (não auditado)	Reapresentado (não auditado)
Demonstrações dos fluxos de caixa			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Juros pagos de debêntures	-	(103.089)	(103.089)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos de encargos de dívidas	(103.089)	103.089	-
	(103.089)	-	(103.089)

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bancos conta movimento	154	347
Aplicações financeiras	8.508	60.245
Total	<u>8.662</u>	<u>60.592</u>

Os saldos de caixa e equivalentes representam recursos de curtíssimo prazo utilizados para gestão do fluxo operacional diário da Companhia, sendo naturalmente variáveis em função do ciclo de pagamentos e recebimentos. As aplicações financeiras referem-se a investimentos lastreados em títulos públicos (Compromissada) remunerados à taxa média de 94% do CDI (97% do CDI em 31 de dezembro de 2024), com alta liquidez e pronta conversibilidade em montante conhecido de caixa, sujeitas a risco insignificante de variação de valor.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem (nota explicativa nº 18).

5. Disponibilidade da rede elétrica

Os saldos são substancialmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Disponibilidade da rede elétrica e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"), para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia efetuou a análise individualizada dos títulos vencidos, considerando os normativos contábeis e regulamentações setoriais vigentes, a inexistência de histórico relevante de perdas e a expectativa de recebimento dos valores em aberto; e concluiu que não há perdas de créditos esperadas, que requeiram complemento de provisão.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Concessionárias e permissionárias	43.017	38.501
CDE (i)	1.965	-
(-) PECLD	(3.223)	(4.668)
Total	<u>41.759</u>	<u>33.833</u>

- (i) Valores a receber da CDE nos próximos meses, relativos a repasses por adimplência. As transmissoras de energia contribuem para a CDE com uma parcela de sua receita bruta, conforme determinado pela ANEEL, essa contribuição é estabelecida anualmente e varia de acordo com as políticas energéticas e as necessidades do setor.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.1. Vencimentos

	<u>2025</u>
A vencer	29.513
Vencidos até 90 dias	2.388
Vencidos de 91 a 180 dias	925
Vencidos de 181 a 360 dias	1.470
Vencidos há mais de 360 dias	10.686
Total	<u>44.982</u>

5.2. Parcela de ajuste

Os valores do ativo são demonstrados como segue:

Ativo	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Parcela de ajuste (i)	1.681	5.936
Total	<u>1.681</u>	<u>5.936</u>
Circulante	-	3.834
Não circulante	<u>1.681</u>	<u>2.102</u>

- (i) Valor refere-se aos montantes homologados via resolução 3.166, na data 11/07/2023, referente ao ciclo 2023/2024.

Os valores do passivo são demonstrados como segue:

Passivo	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Parcela de ajuste (ii)	19.909	18.639
Total	<u>19.909</u>	<u>18.639</u>
Circulante	<u>11.309</u>	<u>13.035</u>
Não circulante	<u>8.600</u>	<u>5.604</u>

- (ii) O valor corresponde à estimativa da parcela de ajuste relativa ao ciclo vigente e aos ciclos subsequentes, decorrente das diferenças entre os duodécimos da Receita Anual Permitida – RAP, fixada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito – AVC, emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. A Parcela de Ajuste – PA é apurada pela ANEEL ao término do ciclo corrente e aplicada nos doze meses subsequentes, sendo homologada conjuntamente com o novo valor de receita da Companhia, após a conclusão do processo de Revisão Tarifária Anual – RTA ou de Revisão Tarifária Periódica – RTP.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas

6.1. Serviços compartilhados

Os saldos de ativos e passivos e as transações realizadas pela Companhia, referentes a compartilhamento de custos, com sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas, que impactaram o resultado do exercício a partir de 30 de abril de 2025 (nota explicativa nº 1.1), estão apresentados a seguir:

Companhia	Relacionamento	2025		
		Ativo Outros ativos	Passivo Outros passivos	Resultado Receitas / (Despesas)
Edge Empreendimentos e Participações S.A.	Controladora	1.312	6.189	-
Astic IE Participações S.A.	Outras partes relacionadas	-	17	(203)
Babilônia Holding S.A.	Outras partes relacionadas	-	75	-
HRZ Transmissão e Participações S.A.	Outras partes relacionadas	250	-	(114)
Horizon Transmissão ES S.A.	Outras partes relacionadas	50	-	(12)
Horizon Transmissão MA I S.A.	Outras partes relacionadas	2.585	-	(3.695)
Horizon Transmissão MA II S.A.	Outras partes relacionadas	917	-	89
Edify Empreendimentos e Participações S.A.	Mesmo grupo econômico	-	-	-
Transmissora SP-MG S.A.	Mesmo grupo econômico	-	-	(472)
Mata Grande Transmissora S.A.	Mesmo grupo econômico	-	-	(5)
Victory Empreendimentos e Participações S.A.	Mesmo grupo econômico	2.069	-	-
Éden Empreendimentos e Participações S.A.	Mesmo grupo econômico	206	-	-
		7.389	6.281	(4.412)

A Companhia é parte de um acordo de compartilhamento de gastos que contempla sua controladora, entidades sob controle comum e outras partes relacionadas (As entidades compartilham membros do pessoal-chave da administração, possuem interdependência operacional e realizam transações relevantes entre si). Estes gastos estão relacionados à manutenção da estrutura administrativa de suporte às suas atividades principais, compreendendo:

- **Infraestrutura administrativa:** conjunto de bens móveis e imóveis que possam ser compartilhados entre diferentes companhias, tais como sistemas de informática e telefonia, terrenos e edificações, bem como facilidades acessórias a ele;
- **Recursos Humanos:** profissionais ligados à execução dos processos compartilhados, para a congregação de esforços, visando à administração mais eficiente e racional de todas as partes;
- **Operação:** atividades e bens compartilhados entre as partes e que não sejam Infraestrutura ou Recursos Humanos.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O compartilhamento é realizado com base em critérios de alocação dos custos e despesas, de modo a distribuí-los de forma proporcional e comutativa entre as partes.

Todas as transações ocorrem no curso normal dos negócios, sem acréscimo que qualquer margem de lucro.

6.2. Saldos e transações antes da mudança no controle acionário

Os saldos de 31 de dezembro de 2024 estão relacionados às empresas pertencentes ao conglomerado do Grupo EDP – Energias do Brasil S.A., antiga controladora da Companhia (nota explicativa nº 1.1).

As operações realizadas com as contrapartes ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

	Relacionamento	Duração	2024		
			Ativo	Passivo	Receitas (Despesas)
Disponibilidade da rede elétrica					
Uso do sistema de transmissão					
EDP Espírito Santo	Controle comum	30/07/2020 a 31/01/2033	393	-	2.848
EDP São Paulo	Controle comum	30/07/2020 a 31/01/2033	334	-	4.160
Enerpeixe	Controle comum	01/07/2021 a 30/11/2036	53	-	363
Lajeado	Controle comum	04/01/2020 a 31/01/2033	60	-	496
Investco	Controle comum	01/11/2001 a 31/01/2033	1	-	7
Cachoeira Caldeirão	Controle comum	30/07/2021 a 31/12/2048	12	-	137
São Manoel	Controle comum	01/07/2021 a 30/04/2049	84	-	706
CEJA	Controle comum	01/07/2021 a 31/12/2044	37	-	268
			974	-	8.985
Fornecedores					
Contrato de prestação de serviços					
EDP Goiás	Controle comum	01/06/2022 a 31/12/2025	-	112	(675)
			-	112	(675)
Outros ativos e Outros passivos					
Compartilhamento de Recursos Humanos					
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2027	-	159	(2.072)
Compartilhamento de infraestrutura					
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/07/2017 a 31/12/2026	-	30	(192)
EDP São Paulo	Controle	01/07/2017 a 31/12/2026	-	1	(17)
Compartilhamento de BackOffice					
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/02/2022 a 31/12/2028	-	1.017	(1.017)
			-	1.207	(3.298)
			974	1.319	5.012
Circulante					
			974	112	
Não circulante					
			-	1.207	

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.3. Remuneração dos administradores

A remuneração da Administração da Companhia, após a mudança do controle acionário (nota explicativa nº 1.1) é paga pela Horizon Transmissão MA I S.A., que faz parte do mesmo grupo econômico, e são repassadas para as demais empresas através de compartilhamento de custos.

Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego ou outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Também não são oferecidos outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

O pessoal-chave da administração inclui os diretores, os conselheiros e os membros do comitê financeiro. A remuneração registrada no resultado do exercício da Companhia, está apresentada a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Administradores		
Remuneração (a)	-	24
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.156	-
Benefícios dos administradores	90	-
Total	<u>1.246</u>	<u>24</u>

(a) Remuneração da Diretoria Estatutária, que é composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

7. Tributos a recuperar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativos compensáveis		
Imposto de renda	2.312	-
Contribuição social retida	31	5
Imposto de renda retido na fonte	1.238	1.579
Outros	368	280
Total	<u>3.949</u>	<u>1.864</u>

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativo de Contrato

De acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente.

A Companhia é remunerada por meio da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuários da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão.

A Companhia aplica o modelo de ativo financeiro, que estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do pronunciamento técnico CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconheceu a receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de “Ativo de contrato” até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M. A formação do Ativo de contrato das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota explicativa nº 16.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais deve seguir os requisitos do pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo do ativo de contrato e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota explicativa nº 17.2.5.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação no exercício é a seguinte:

Linhas de Transmissão

Margem de construção	1,21%
Margem de operação e manutenção	20,71%
Taxa de remuneração	11,09%
Índice de correção dos contratos	IPCA
RAP Anual	55.450
Ativo de contrato 01/01/2024	2.438.941
Margem de construção	122
Remuneração dos ativos da concessão	261.054
Adições	10.037
RAP realizada	(211.878)
Reajuste tarifário	11.314
Outros	1.035
Ativo de contrato 31/12/2024	2.510.625
Remuneração dos ativos da concessão	338.374
Receita de O&M	59.921
RAP realizada	(292.160)
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	3.888
Ativo de contrato 31/12/2025	2.620.648

	2025	2024
Circulante	227.583	225.320
Não circulante	2.393.065	2.285.305
	2.620.648	2.510.625

O aumento da remuneração do ativo de contrato na comparação entre os exercícios de 2024 e 2025 decorre, principalmente, da atualização da curva de inflação futura considerada na mensuração dos fluxos de caixa projetados da RAP.

9. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a pagar aos fornecedores, no montante de R\$ 957 (R\$ 758 em 31 de dezembro de 2024), se refere a obrigações a pagar por aquisição de serviços, materiais ou bens para as operações da Companhia, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

A Companhia não realiza acordos de financiamento de fornecedores (risco sacado, *forfait* etc.).

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Tributos a recolher

	2025	2024
Passivos a recolher		
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	5.686
PIS e COFINS	1.927	2.751
Outros impostos	358	134
Total	2.285	8.571

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

11. Debêntures

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensuradas ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os saldos e as principais características estão descritos nas tabelas abaixo.

Agente Fiduciário	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Custo da dívida	Forma de pagamento
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	1.200.000	1	1.200.000	1ª emissão em 15/10/2018	15/10/2018 a 15/10/2044	Maior entre: i) "Tesouro IPCA+ Juros Sem. 2035 (NTN-B)" + 0,625% a.a.; ii) 6,7% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2023 e juros semestral

As debêntures não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos. A sua finalidade foi a implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 21 do leilão 05/2016-ANEEL.

Em 26 de fevereiro de 2025, foi celebrado o 3º aditamento à escritura de emissão de debêntures, por meio da qual foram estabelecidas as condições para o reperfilamento da dívida, contemplando:

- (i) Alongamento do prazo de vencimento, originalmente previsto para 15 de outubro de 2028, passando para 15 de outubro de 2044;
- (ii) Alteração das datas de pagamento e dos percentuais de amortização, de forma que o valor nominal unitário atualizado será a amortizado em 44 parcelas, no período de abril de 2025 a outubro de 2044;

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) Modificação dos juros remuneratórios, de IPCA + 6,7% a.a. para o equivalente ao maior entre: (a) a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais 2035 (NTN-B), acrescida exponencialmente de 0,625% a.a.; e (b) 6,7% a.a;
- (iv) Substituição das garantias reais, conforme detalhado a seguir;
- (v) Exclusão da fiança.

Garantias

O 3º aditamento à escritura de debêntures determinou a constituição das seguintes garantias reais:

- (i) Cessão fiduciária de direitos creditórios da Companhia relacionados ao contrato de concessão, prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, apólices de seguros e conta vinculada; e
- (ii) Alienação fiduciária das ações representativas de 100% do capital social da Companhia.

A garantia anteriormente constituída na modalidade de Fiança Corporativa das acionistas da Companhia, cujo montante contratado em 31 de dezembro de 2024 era de R\$1.586.647, foi extinta.

11.1 Composição do saldo das debêntures

1ª Emissão de debêntures	2025	2024
Principal	1.552.954	1.547.336
Juros	26.395	21.311
Custo de aquisição (i)	(61.309)	(14.256)
Ajuste a valor presente (ii)	7.803	-
Total	1.525.843	1.554.391
Total circulante	81.071	752.338
Total não circulante	1.444.772	802.053

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2 Movimentação das debêntures

Operação	31/12/2024	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Pagamento de custos de transação (i)	Amort. de custos de transação	AVP (ii)	31/12/2025
1ª Emissão de debêntures	1.554.391	183.755	(56.821)	(116.233)	(51.581)	4.529	7.803	1.525.843
Total	1.554.391	183.755	(56.821)	(116.233)	(51.581)	4.529	7.803	1.525.843
Circulante	752.338							81.071
Não circulante	802.053							1.444.772

Operação	31/12/2023	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Amortização de custos de transação	31/12/2024
1ª Emissão de debêntures	1.534.037	182.695	(65.393)	(103.089)	6.141	1.554.391
Total	1.534.037	182.695	(65.393)	(103.089)	6.141	1.554.391
Total circulante	85.724					752.338
Total não circulante	1.448.313					802.053

(i) Refere-se, substancialmente, ao comissionamento de assessoria bancária relacionado ao reperfilamento das debêntures.

(ii) Em decorrência do reperfilamento das debêntures, a Companhia modificou os fluxos de caixa da dívida, sem que houvesse seu desconhecimento. Em atendimento ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Companhia recalculou o valor contábil do passivo financeiro com base no valor presente dos fluxos de caixa modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original da operação. A diferença apurada entre o valor contábil anterior e o valor presente dos novos fluxos de caixa foi reconhecida no resultado do período como despesa financeira, a título de ajuste a valor presente (AVP), a ser amortizada ao longo do prazo da operação.

11.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Total
Não circulante	
2027	61.002
2028	62.745
2029	66.232
2030	67.975
2031 até o vencimento	1.237.483
	1.495.437

Os valores apresentados no quadro acima, não contemplam os custos de transação e o ajuste a valor presente.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.4 Covenants

Manutenção do ICSD Ajustado superior a 1,0x

De acordo com a escritura de debêntures, o ICSD deve ser apurado anualmente e o índice deve ser igual ou superior a 1,0x, por 2 anos consecutivos ou 3 anos alternados, a partir das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 2024. Caso o ICSD mínimo não seja atingido, poderá ser decretado o vencimento antecipado das Debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se em pleno atendimento em relação à apuração do índice de cobertura de dívida.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita a determinadas obrigações contratuais de natureza não financeira que podem resultar no vencimento antecipado da dívida. Abaixo, detalhamos as principais obrigações:

- (i) não incorrer em vencimento antecipado ou inadimplência de dívidas, cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$ 75.000, sem cura no prazo aplicável;
- (ii) não contratação de novas dívidas, salvo exceções específicas e desde que mantido $ICSD \geq 1,20x$ e rating mínimo "AA";
- (iii) Não reduzir o capital social, exceto para absorção de prejuízos ou com aprovação dos debenturistas.
- (iv) Limitar novos investimentos e aquisições, salvo valores até R\$ 75.000 ou aprovação em AGD (com restrições a investimentos societários);
- (v) Restringir distribuição de dividendos e outros pagamentos a acionistas acima do mínimo obrigatório, condicionada ao cumprimento de $ICSD \geq 1,2x$.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas qualitativas e quantitativas previstas nos contratos de debêntures.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Provisões

	2025	2024
Provisões para contingências cíveis e trabalhistas	4.206	14.253
Licenças ambientais	10.761	10.115
Total	14.967	24.368
Circulante	2.691	5.338
Não circulante	12.276	19.030

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

12.1. Provisões para contingências cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pelo desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

12.1.1. Risco de perda provável

A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14.217	28	8	14.253
Constituição	3.100	27	-	3.127
Baixas/reversão	(8.864)	-	-	(8.864)
Pagamentos	(5.519)	-	-	(5.519)
Atualização monetária	1.202	7	-	1.209
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.136	62	8	4.206

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	28.281	-	8	28.289
Constituição	2.188	26	9	2.223
Baixas/reversão	(164)	-	(9)	(173)
Pagamentos	(15.797)	-	-	(15.797)
Atualização monetária	(291)	2	-	(289)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14.217	28	8	14.253

As contingências cíveis referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.

12.1.2. Risco de perda possível

A Companhia possui processos de natureza cível, cuja probabilidade de perda foi classificada como possível. Esses processos são periodicamente reavaliados e não requerem a constituição de provisão.

	2025	2024
Cíveis	2.089	284
Total	2.089	284

12.2. Licenças ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,50% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2025
Circulante	5.338	(463)	284	(2.559)	91	2.691
Não circulante	4.777	-	182	2.559	552	8.070
Total	10.115	(463)	466	-	643	10.761

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2024
Circulante	3.233		(177)	247	1.981	54	5.338
Não circulante	3.346	2.723		214	(1.981)	475	4.777
Total	6.579	2.723	(177)	461	-	529	10.115

13. Tributos diferidos

	2025	2024 (Reapresentado)
PIS e COFINS / Tributos indiretos diferidos	245.773	236.484
Imposto de renda e contribuição social	212.941	162.533
	458.714	399.017

13.1. PIS e COFINS

Refere-se ao PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita com alíquota de 9,25% (Lucro Real, regime não cumulativo).

O saldo de PIS e da COFINS diferido está relacionado às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contrato, o qual é registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida que ocorrem os faturamentos mensais, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

13.2. Tributos diferidos indiretos

Em decorrência da Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº 132/2023 e Lei Complementar nº 214/2025), o PIS e a COFINS serão extintos a partir de 1º de janeiro de 2027 e substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Até que seja definida a alíquota efetiva da CBS, a Companhia manterá o tratamento atual dos tributos diferidos, classificando integralmente o saldo de PIS e COFINS do passivo não circulante como Outros tributos diferidos indiretos. A Companhia avalia que a extinção do PIS e da COFINS deverá gerar impactos no ativo de contrato e no passivo de tributos diferidos, condicionados à consolidação do entendimento regulatório, inclusive pela ANEEL, bem como ao atendimento dos critérios contábeis de reconhecimento e mensuração previstos nas normas vigentes.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.3. Imposto de renda e contribuição social

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes aplicáveis, em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos está fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suportada por estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

Os tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a natureza das transações que lhes deram origem, sendo registrados no resultado do exercício ou diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável.

A seguir, apresenta-se a reconciliação entre o resultado contábil e a despesa de imposto de renda e contribuição social:

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	148.285	104.485
Imposto de renda e contribuição social diferido	(50.408)	(21.269)
Alíquota efetiva	34%	20%

O prejuízo fiscal é apurado com base no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, ajustado pelas adições e exclusões de natureza temporária, conforme legislação fiscal vigente. A movimentação do prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2025 é demonstrada a seguir:

	2025
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	148.285
Ajustes temporários	9.037
Resultado do ativo de contrato	(264.057)
Prejuízo fiscal	(106.735)

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados de acordo com sua natureza, sendo demonstrados pelo valor líquido após a compensação, quando aplicável, conforme requerido pelo CPC 32.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos saldos de impostos diferidos é apresentada a seguir:

	2025	2024
Ajustes temporários	8.016	(1.021)
Resultado do ativo de contrato	(1.295.838)	(1.031.781)
Prejuízo fiscal	661.527	554.792
Total	(626.295)	(478.010)
Imposto de renda e contribuição social diferido	212.941	162.533
Alíquota efetiva	34%	34%

Realização dos tributos diferidos

A Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização dos créditos de tributos sobre prejuízo fiscal e base negativa. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar referido crédito tributário nos seguintes exercícios:

<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>2030</u>	<u>2031 a 2047</u>	<u>Total</u>
-	-	61	635	1.349	222.874	224.919

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$340.501, totalmente subscrito integralizado, representado por 340.501.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição do Capital social está demonstrada a seguir:

	2025		2024	
	Qtde. de ações	Percentual de participação	Qtde. de ações	Percentual de participação
Edge Empreendimentos e Participações S.A.	340.501.000	100%	-	-
EDP - Energias do Brasil S.A.	-	-	306.450.900	90,00%
Celesc Geração S.A.	-	-	34.050.100	10,00%
Total	340.501.000	100%	340.501.000	100,00%

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.2. Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Em atendimento ao disposto no artigo 202, §6º da Lei 6.404/76 e interpretação técnica ICPC 08 (R1), a Administração da Companhia propôs, em 31 de dezembro de 2025, a destinação do lucro líquido do exercício, conforme apresentado a seguir. A proposta de destinação do resultado será submetida à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2026.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido apurado no exercício a ser destinado	97.877	83.216
Destinação do lucro:		
Reserva legal	4.894	4.161
Dividendos intermediários	22.577	37.909
Dividendos mínimos obrigatórios – 25% (complemento)	669	-
Dividendos adicionais propostos	57.396	-
Reserva de retenção de lucros	12.341	41.146
	<u>97.877</u>	<u>83.216</u>

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.3. Reservas de lucros

	2025	2024
Reservas de lucros		
Legal	26.874	21.980
Retenção de lucros	225.263	212.922
Lucros a realizar	19.324	19.324
Dividendos adicionais propostos	57.396	-
	328.857	254.226

Reserva legal

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

Dividendos adicionais propostos

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 57.396, em atendimento ao disposto no artigo 202, §6º da Lei 6.404/76 e ICPC 08 (R1). A proposta será submetida à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária que irá deliberar sobre a destinação do resultado do exercício 2025, a ser realizada até 30 de abril de 2026.

14.4. Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária Extraordinária - AGOE; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartido patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

JSCP

Em 23 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2024 no montante bruto de R\$37.909, sendo R\$32.223 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos obrigatórios.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dividendos

Em 26 de novembro e em 22 de dezembro de 2025, em Assembleias Gerais Extraordinárias, foram aprovadas distribuições de dividendos intermediários nos montantes de R\$ 19.977 e R\$ 2.600, respectivamente, à conta de lucros acumulados, com base em balanços levantados em 31 de outubro e 30 de novembro de 2025. Ao final do exercício, os dividendos mínimos obrigatórios totalizaram R\$ 23.246. Assim, foi reconhecido um complemento de dividendos a pagar no montante de R\$ 669, de modo a atender ao mínimo obrigatório.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	Saldo em 31/12/2024	Transferência	Dividendos intermediá- rios	Pagamentos	Dividendos mínimos obrigatórios	Saldo em 31/12/2025
Passivo						
EDP - Energias do Brasil	29.000	(29.000)	-	-	-	-
Celesc Geração	3.223	(3.223)	-	-	-	-
Edge Empreendimentos	-	32.223	22.577	(54.800)	669	669
	32.223	-	22.577	(54.800)	669	669

	Saldo em 31/12/2023	JSCP	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Passivo				
EDP - Energias do Brasil	31.617	29.000	(31.617)	29.000
Celesc Geração	3.513	3.223	(3.513)	3.223
	35.130	32.223	(35.130)	32.223

15. Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão e na expectativa de performance de O&M.

- Remuneração do Ativo de contrato

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 47, a remuneração do ativo de contrato é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo do ativo de contrato.

O ofício-circular SEP nº 04/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração do ativo de contrato da Companhia representa 11,09% a.a. (em bases nominais) para todo o período de concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	2025	2024
Receita de construção	-	4.025
Remuneração dos ativos da concessão	338.374	261.054
Receita de O&M	59.921	61.732
Parcela variável	-	35.124
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	3.888	-
Receita bruta	402.183	361.935
PIS e COFINS	(36.483)	(31.821)
Outros impostos e taxas	(3.575)	(3.413)
Tributos e encargos	(40.058)	(35.234)
Receita líquida	362.125	326.701

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Custos dos bens construídos e serviços prestados

	2025	2024
Custos com construção (i)	(1.420)	(10.037)
Custo com serviços de terceiros (ii)	(14.701)	(8.193)
Custo com pessoal (ii)	(1.329)	(4.625)
Custo com PECLD	(1.445)	-
Custo com materiais	(182)	(227)
Custo com depreciação e amortização	(379)	(79)
Custo com alugueis	(112)	(614)
Crédito PIS/COFINS sobre depreciação	2.195	-
Custo com provisão/reversão contingente	(557)	-
Demais custos	1.791	(1.004)
Total	(16.139)	(24.779)

- (i) Dentro do grupo de Custo de construção da infraestrutura e implementação há saldos ligados a depósitos judiciais referente servidões da Linha de Transmissão entre Abdon Batista e Campos Novos e gastos ambientais para atendimento das condicionantes da Licença de Operação, sendo elas nos meios físico, biótico, gerenciamento ambiental e compensações.
- (ii) A variação observada decorre de reestruturação operacional implementada pela Companhia, com a substituição parcial de recursos próprios por serviços terceirizados, o que resultou na redução dos custos com pessoal e no aumento dos gastos com serviços de terceiros no período.

17. Despesas e receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1):

	2025	2024
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	(3.031)	(198)
Serviços de terceiros	(1.385)	(185)
Depreciação e amortização	(97)	(58)
Despesa legais e jurídicas	-	(33)
Gastos diversos (i)	(547)	(16.569)
Total	(5.060)	(17.043)

- (i) Em 2024, o montante de R\$16.641 refere-se à parcela do ajuste no ativo de concessão decorrente da atualização do WACC regulatório na atualização da RAP. Esta atualização do WACC impactou apenas a RAP incremental por obra de reforço.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras e cauções	6.075	7.853
Atualização de depósitos judiciais	1.437	1.726
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(393)	(370)
Outras receitas financeiras	523	635
	7.642	9.844
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(183.755)	(182.695)
Ajuste a valor presente - debêntures	(7.803)	-
Encargos sobre debêntures	(4.529)	(6.141)
Multa e acréscimos moratórios	(606)	(3)
Outras despesas financeiras	(3.590)	(1.399)
	(200.283)	(190.238)
Resultado financeiro	(192.641)	(180.394)

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados.

A administração dos riscos associados a estas operações incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos futuros.

19.1. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

19.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
		2025	2024	2025	2024
Ativos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa					
Aplicações financeiras	Nível 2	8.508	60.245	8.508	60.245
		8.508	60.245	8.508	60.245
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa					
Bancos conta movimento	Nível 2	154	347	154	347
Disponibilidade da rede elétrica	Nível 2	41.759	33.833	41.759	33.833
Cauções	Nível 2	8.501	7.607	8.501	7.607
		50.414	41.787	50.414	41.787
		58.922	102.032	58.922	102.032
Passivos Financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	Nível 2	957	758	957	758
Debêntures	Nível 2	1.525.843	1.492.476	1.525.843	1.554.391
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	6.281	1.207	6.281	1.207
Licenças ambientais	Nível 2	10.761	10.068	10.761	10.115
		1.543.842	1.504.509	1.543.842	1.566.471

19.1.1.1. Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se eles constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se eles constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia deseja eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

19.1.1.2. *Passivos financeiros*

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem:

- Derivativos.
- Passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento.
- Contratos de garantia financeira.
- Compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado.
- Contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando:

- (i) A Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou
- (ii) O desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

19.1.2. Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 46.

Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude de os instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das debêntures, licenças ambientais e arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

- (i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.
- (ii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado;

19.1.2.1. *Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros*

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

19.2. Gestão de riscos

A Companhia possui as seguintes políticas: Código de Conduta, Política Antissuborno e Anticorrupção, Política de Relacionamento com Terceiros e Política de Condução de Investigação Interna. Além disso, implementou comitês trimestrais de Operação, ESG e Financeiro e reuniões de Conselho também trimestrais que discutem, entre outros, os assuntos de integridade dos negócios. Os Comitês e reuniões de Conselho possuem membros da investidora Actis (grupo investidor da Companhia), com sede em Londres. Os principais riscos acompanhados estão descritos a seguir:

19.2.1. Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures captadas pela Companhia, apresentadas na nota explicativa nº 11, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

19.2.2. Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

19.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Quando necessário, a Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa;
- (ii) Contas a receber de clientes, que corresponde à parcela da RAP mensal recebida, à medida que o serviço de operação e manutenção é prestado; e
- (iii) Ativo de contrato (nota explicativa nº 7), cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão pela disponibilidade da mesma.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros.

19.2.4. Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's).

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com "rating" de crédito AAA. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

19.2.5. Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.).

A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio.

20. Cobertura de seguros

A Companhia mantém programa estruturado de gerenciamento de riscos, com o objetivo de identificar, avaliar e mitigar as principais exposições decorrentes de suas atividades. No âmbito desse programa, são contratadas, junto a seguradoras de primeira linha, apólices com coberturas compatíveis com a natureza, porte e complexidade de suas operações.

Os limites de cobertura são definidos com base na avaliação da Companhia, considerando a natureza dos riscos envolvidos, a experiência histórica de sinistros e a orientação de consultores especializados, sendo julgados suficientes para fazer frente a eventuais perdas relevantes sobre seus ativos e responsabilidades.

Aliança Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguros vigentes, com renovação prevista para maio de 2026:

	2025		2024	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	213.093	50.000	373.767	100.000
Responsabilidade civil (i)	(n.a)	40.000	(n.a)	50.000
D&O	(n.a)	30.000	(n.a)	(i)

(i) Em 2024, a EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) possuía cobertura de Responsabilidade Civil estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
- Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$150.000; e
- Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

* * *

Daniel Eduardo Araque Prada
Diretor Financeiro

Eduardo de Brito Soares Filho
Diretor-Presidente

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9